







# **Editorial**

0h00 do dia 21 de Abril, frente ao único canal de televisão existente, para assistir a mais um Telejornal, acto diário e obrigatório na família Bragançana. Era a única forma de estarmos mais perto do País, mas não podíamos sequer imaginar que aquele telejornal nos deixaria de boca aberta e as notícias fariam história em Portugal e no Mundo.

Os primeiros minutos transmitidos pela RTP do que se tinha passado poucas horas antes em Lisboa deixaram-nos completamente atónitos. Eu, adolescente e pouco entendedor de questões políticas e sociais, não compreendi toda aquela "confusão", mas lembro-me de ter feito a seguinte afirmação: "Que País este, nem os Polícias se entendem". Por ignorância ou falta de esclarecimento, não entendi o que de facto se passara; se um grupo de Polícias se tinha transformado em inimigo, com risco para a Democracia, ou se porventura os polícias queriam fazer mais um 25 de Abril com objectivos contrários.

Na verdade, foram imagens que ficaram na minha memória, marcando até algumas conversas entre colegas nos dias sequintes ao acontecimento.

Polícias indisciplinados, mal formados e arruaceiros, eram os adjectivos atribuídos pelos colegas de liceu, onde me incluía, aos elementos que lideraram todo o processo até à manifestação.

"Vocês não estão bons da cabeça, o meu pai disse que esses Polícias tinham demonstrado a maior coragem que qualquer homem pode demonstrar, que esses Polícias tinham razão e que a manifestação só aconteceu por culpa do Governo", disse o nosso colega em tom altivo e enérgico. Fixámos o olhar nele a tentar perceber o porquê de fazer uma interpretação diferente da nossa.

Percebi naquele momento que devia inteirar-me ao pormenor sobre aquela confrontação de Polícias contra Polícias antes de fazer juízo. Valeram-me as palavras do professor de Português, explicando-me que os Polícias fizeram, na





Instituição a que pertenciam, exactamente aquilo que o Povo Português fez no 25 de Abril de 74, para conquistar a Liberdade e a Democracia em Portugal. Uma luta sem armas mas bem demonstrativa da revolta e da determinação contra a opressão.

Percebi que o 21 de Abril de 1989 significava para os Polícias o mesmo que o 25 de Abril de 1974 para os Portugueses.

Senti que afinal tinha insultado homens que, de forma corajosa e digna, defendiam com prejuízos da própria vida, os direitos dos Polícias e dos cidadãos. Sim, eles estavam atrasados 15 anos em relação aos outros cidadãos e às outras Instituições.

Mais atento aos desenvolvimentos que perduraram durante mais de um mês, na televisão, rádios, jornais e revistas, fui percebendo a nobreza de tal acto e a importância que aquela manifestação teve para a PSP e para o País.

Quem não se lembra de mudar de passeio quando via um Polícia; quem não se lembra ainda de os Polícias servirem para intimidar os mais novos quando não seguiam as ordens dos seus pais; quem não tem ainda na memória os poucos direitos e fracas remunerações que eram concedidos aos Polícias e a imagem que essas condições transmitiam para o público em geral, manchando quantas vezes até a dignidade daqueles Profissionais?

Os Polícias lutavam somente por dignidade, por respeito e consideração, por reconhecimento do seu trabalho. Lutavam, sobretudo, por prestar um serviço de qualidade aos cidadãos, com base na prevenção e não na repressão, por uma Polícia diferente, por uma segurança pública mais eficaz e menos castradora de direitos. Resumindo, lutavam por uma Polícia de facto inserida no contexto político-social do pós-25 de Abril.

# Os Polícias contra todos mas sob o lema "por maioria de razão"...

Os Polícias perceberam que tinham de lutar contra tudo e todos, mas em prol dos cidadãos e da sua segurança, foram obrigados a encetar a luta inadiável. Não foi o Governo, que teimava em ter uma polícia do anterior regime; não foi a hierarquia, fiel ao poder político e quantas vezes em desfavor do Povo; não foram os teóricos da moralidade política, que desferiam ataques constantes à possibilidade de os Polícias se organizarem em Sindicatos, que perceberam atempadamente de que o caminho da PSP era outro e não aquele que, por teimosia, se mantinha. Foi sim um grupo de Polícias que demonstraram possuir a formação cívica suficiente, a coragem, a responsabilidade e a persistência necessárias para tentar mudar o rumo.

Polícias a quem se lhes impunha tudo, se exigia o possível e o impossível a troco de nada (regulamento disciplinar aplicado arbitrariamente e sem critérios), sem horários (duas folgas por mês mas só depois do consentimento do superior hierárquico), sem uma remuneração digna (inferior a qualquer profissão na época), sem direitos (não auferiam qualquer

compensação pela especificidade da sua missão, criando mesmo desequilíbrios internos), em suma, polícias escravizados à imagem de um país terceiro-mundista.

A opressão, a subserviência à Hierarquia, os insultos e imoralidades constantes sobre seres humanos Polícias, também eles Portugueses, faziam parte da rotina diária.

### **BASTA!**

Em 21 de Abril de 1989, os Polícias, organizados no movimento Pró-Associação Sindical da Polícia – Pró-ASP, disseram BASTA!...

Percebi que Portugal, contrariamente ao que se pensava, tinha Profissionais da PSP com consciência política e social bem acima da média, podíamos orgulhar-nos dos nossos Polícias, como chegou a confessar um dirigente sindical da Polícia Nacional Espanhola, quando confrontado com esta manifestação.

A legalização do associativismo, a conquista das folgas semanais e de um horário de referência menos agressivo, melhor relação entre Polícias das diversas categorias profissionais, a liberdade de expressão, o direito a emitir opinião, a possibilidade de os Polícias, através da Associação, poderem denunciar às várias entidades as suas condições de trabalho e as dificuldades diárias no desempenho do serviço foram pilares fundamentais para mudar a Polícia de Segurança Pública Portuguesa e a sua imagem.

### A importância da História...

Em 1989 não pensava ser Polícia, muito menos Presidente do maior Sindicato da PSP, que fez história e marcou as últimas décadas na luta pela melhoria desta Força de Segurança. Mas se por um lado me orgulha, por outro sinto o peso constante da responsabilidade acrescida na liderança desta Organização, mantendo sempre a Direcção no caminho pelo respeito da confiança depositada pelos Polícias.

Sei que valeu a pena. O caminho percorrido foi imperioso, mas ainda está longe do que esperávamos e do que os que o iniciaram pretendiam.

Como Presidente da ASPP/PSP, sei que hoje, como ontem, a ideia do sindicalismo na Polícia

continua a não ser confortável, seja para o Governo ou para a Hierarquia da PSP. Continua sim a ser entendido até como um obstáculo às intenções ou interesses de alguns. Ontem existiam as perseguições, os processos disciplinares, as intimidações e as transferências por imposição.

Hoje, o Governo, como a hierarquia da PSP, preferem, como dizem alguns, as "palmadinhas nas costas" quantas vezes significando a arrogância de outrora. Hoje, propalam o diálogo, quantas vezes com intenções de controlar ou simplesmente de condicionar a própria liberdade de expressão. Antigamente, diziam "não" frontalmente, agora preferem a expressão "vamos analisar", ontem perseguiam e hoje ignoram.

Como prova temos os actos do Governo em relação aos direitos dos Polícias, que já obrigaram este Sindicato a apresentar queixa no Conselho da Europa e a exigir na AR o direito de greve, bem como diversas matérias socioprofissionais levadas a tribunal por atropelos à Lei.

Mas também a Hierarquia da PSP desencadeou desde muito cedo a "conspiração" contra aqueles que pretendiam simplesmente melhorar uma Instituição para o bem de todos. Dividiu organizações, multiplicou sindicatos, criou conflitos entre os sindicalistas e orquestrou ataques insultuosos contra alguns dirigentes sindicais desta organização, tentando reduzir assim a força da ASPP/PSP e a credibilidade do sindicalismo na PSP.

Se não bastasse, os dirigentes da Polícia preferiram pedir para ignorar, irresponsavelmente, em 2006 no livro "A História da PSP" o célebre episódio "secos e molhados", como se não tivesse existido, obrigando o próprio autor da obra a justificar algumas mudanças na PSP, após o episódio de 21 de Abril de 1989, de forma pouco consistente. Aliás, *ignorar* tem sido a palavra de ordem na PSP ao longo dos anos, levando-a ao estado que hoje conhecemos.

### O 21 de Abril de 1989 não pôs fim à nossa luta

Mas, se o caminho percorrido foi tortuoso, aquele que se apresenta não será mais fácil, cabe a todos nós Polícias decidir a força, a determinação, a perseverança e a coesão do Sindicato.

A ASPP/PSP tem o dever de continuar a trilhar o caminho definido aquando da sua nascença, lutar pela melhoria das condições de trabalho, dos direitos, das compensações dos Polícias, sempre com o objectivo de melhorar a qualidade da Segurança Pública em Portugal.

Que a História não se repita é o desejo de todos os Polícias, mas isso não depende só de nós.

Paulo Rodrigues

# CRONOLOGIA



Diário Popular / / 19 Nov 1984



1975/77

AGO 1981 Começa a agitação: Vários documentos dactilografados, com a assinatura "Por Maioria de Razão", inundam as Esquadras da PSP com o desafio à reflexão: "Um Sindicato para nossa defesa – PSP/ Porto". Ainda hoje, a ASPP/PSP ostenta no seu símbolo o lema "Para Nossa Defesa". 18 SET 1981 O Brigadeiro Almeida Bruno, numa entrevista ao entretanto encerrado jornal "O País", conce de uma entrevista onde pretende ridicularizar o movimento sindical na Polícia: "Quando me falam em sindicato de polícias, digo que o sindicato já existe e que o Comandante Geral da PSP é o presidente". **ABR 1982** "Nunca mais nada será como antes. Ninguém conseguirá deter o Sindicato!". Foi a resposta a Almeida Bruno, que surgiu numa circular Comissários, Chefes, Subchefes e Guardas reúnem-se em Lisboa para elegerem uma comissão encarregada de analisar o processo de formação de um organismo de classe. Começam então as 1.º Almoço/Convívio em Lisboa, na Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro. Participaram cerca de 200 Profissionais da PSP. É nesta altura que se verifica a eleição de uma comissão promotora do Sindicato. 1.º Almoço/Convívio no Porto, no Restaurante Monte-Carlo. Participaram algumas dezenas de Profissionais da PSP e uma delegação de Lisboa da comissão promotora do Sindicato. 2.º Almoço/Convívio, em Lisboa, na Casa do Alentejo. Neste almoço foi apresentado e distribuído o anteprojecto dos estatutos da então designada ASP/PSP. Este encontro esteve na origem dos inquéritos que resultaram no processo instaurado ao Comissário Santinhos, cuja transferência para Bragança ocorreu na noite 1.º Almoço/Convívio nas Caldas da Rainha, em que participaram Profissionais da PSP das Caldas da Rainha e de algumas esquadras do distrito de Leiria e uma delegação da Comissão Promotora da ASP/PSP. Uma representação da Comissão Promotora é convidada para assistir à Assembleia Geral Constituinte da Associação Sindical da Polícia 1.º Almoço/Convívio em Coimbra, que reuniu Profissionais da PSP de Coimbra e Leiria. Esteve presente o Comissário Santinhos. Foi

constituída a Delegação do Centro da Pró-ASP/PSP.

Nos bancos dos jardins, à mesa dos cafés, nas praias de Matosinhos,

agentes da PSP de várias gerações marcam encontros e falam nada necessidade de se inserirem, de corpo inteiro, na sociedade democrática

do país, saída da Revolução dos Cravos, a 25 de Abril de 1974.

FINAL ANO 1979 As reuniões de polícias fazem-se já por todo o país, tendo

o movimento alastrado a Lisboa e à Amadora.

2.º Almoço/Convívio, em Matosinhos, que viria a dar origem aos



**JUN 1983** 



**A Capital** // 22 Abril 1989



	inquéritos que culminaram no processo do Agente João Cunha, cuja transferência para Faro ocorreu em 1986.		
29 JUN 1983	O Supremo Tribunal de Justiça confirma a natureza civil da PSP, num Acórdão publicado no Boletim do Ministério da Justiça n.º 328.		
30 JUN 1983	Reunião em Coimbra, em que participam representantes das Delegações do Sul e Ilhas, do Norte e do Centro, tendo deliberado convocar a Assembleia Geral constituinte descentralizada e diferida no tempo.		
27 OUT 1983	Inauguração simbólica da Sede em Lisboa, na Calçada do Combro.		
21 NOV 1983	É publicado no "Diário de Lisboa" um artigo do Dr. Bernardo Colaço, Magistrado do Ministério Público e dirigente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, sob o título: "Legitimidade e Legalidade de um Sindicato de Polícia".		
NOV 1983	Eleições para a Assembleia Constituinte da Pró-Associação Sindical (ASP). Por ordem do Ministério da Administração Interna, o Comandante Geral da PSP mandou apreender as urnas eleitorais. Só na Madeira o acto decorreu com normalidade, registando-se uma afluência às urnas na casa dos 62 por cento.		
02 DEZ 1983	É entregue no Ministério do Trabalho o processo para registo da ASP/PSP, decorrente da Assembleia Constituinte.		
30 DEZ 1983	A Comissão Pró-ASP/PSP apresenta queixa na Organização Internacional do Trabalho.		
FEV 1984	O "Diário de Lisboa" publica um artigo do Dr. Bernardo Colaço: "Quadro legal permite um Sindicato da Polícia".		
FEV 1984	A ASP/PSP é convidada para assistir à Assembleia permanente da União de Sindicatos da Polícia (SUP) de Espanha.		
14 MAR 1984	A Comissão Coordenadora é recebida na Assembleia da República pela Comissão de Liberdades, Direitos e Garantias.		
29 MAR 1984	A União Geral dos Trabalhadores (UGT) convida a ASP/PSP para o seu III Congresso e aprova moção favorável à constituição e legalização da ASPP/PSP.		
MAI 1984	O Sindicato dos Magistrados do Ministério Público convida a ASP/PSP para o seu II Congresso.		
06 MAI 1984	Estiveram na Sede da ASP/PSP, para troca de impressões, Bernard de La Place (Vice-presidente da UISP e Secretário Geral da FASP) e Modesto Garcia, da USP.		
28 MAI 1984	Em entrevista ao "Diário de Lisboa", o Vice-presidente da UISP (Uniã Internacional de Sindicatos), Bernard de la Place, afirmou: "Só quem tem medo da Democracia é que teme um Sindicato de Polícia".		
17 NOV 1984	Tomada de posse da Comissão Administrativa e do Executivo Nacional.		
FEV 1985	Participação no IV Congresso da USP em Granada – Espanha.		
20 FEV 1985	Mesa Redonda sobre o tema "Polícia – Justiça e Imprensa", realizada em Lisboa, em que participaram altas personalidades da vida política e sindical portuguesa e espanhola.		



O Crachá nº 12 / / Fevereiro 1992



# Ninguém cala a força da razão!



O Crachá nº 14 / / Julho/Agosto 1992

22 FEV 1985	Colóquio subordinado ao tema "O Sindicalismo Policial Europeu", realizado em Lisboa, em que participaram altas personalidades da vida política e sindical portuguesa e espanhola.			
JUN 1985	1.º Encontro da Comissão Executiva Nacional em Lisboa. Foi aprovado o manifesto de princípios, a carta de reivindicações e o código deontológico.			
JUL 1985	O Provedor de Justiça toma a primeira posição na defesa do associativismo: "Só Portugal e a Turquia proíbem Sindicatos de Polícia".			
12 OUT 1985	Reunião com a Direcção do Sindicato dos Guardas Prisionais, na qual foi elaborado um comunicado conjunto.			
NOV 1985	Participação no II Congresso da USP (União Sindical da Polícia Municipal de Espanha).			
01 DEZ 1985	Participação nas convenções bilaterais com o Comité Executivo da UISP, em Madrid.			
01 FEV 1986	3.º Encontro do Executivo Nacional, em Coimbra.			
27 FEV 1986	É publicado, no "Diário de Lisboa", um artigo do Dr. Bernardo Cola "Convenção dos Direitos Humanos já 'legalizou' o Sindicato da PSP			
28 FEV 1986	Colóquio no Porto, subordinado ao tema "Sindicalismo Policial Europeu". Participaram personalidades nacionais e estrangeiras ligadas ao Sindicalismo Policial e Judicial e ainda às duas Centrais Sindicais.			
MAR 1986	Na sequência da transferência do Agente João Cunha para Faro, o Comando Geral da PSP manda desarmar e conduzir aos respectivos Comandos os Agentes que são encontrados a falar sobre Sindicalisi Policial. Os Agentes do Comando Distrital do Porto fazem uma "manifestação silenciosa".			
05 MAR 1986	Em visita a Coimbra, estiveram nas Esquadras da cidade e nas instalações do Comando Jose Lopez Gonzales, Secretário do SUP e Delegado da UISP e ainda o Comissário Santinhos.			
05 ABR 1986	Reunião histórica em que é criado um novo órgão – o Secretariado do Executivo Nacional.			
MAI 1986	A CGTP-IN convida a ASP/PSP para o seu Congresso.			
10 DEZ 1986 DEZ 1986	Realiza-se a 1.ª Assembleia da Zona Centro. Participação no II Congresso do SUP.			
JAN 1987	É aprovado em reunião do Secretariado Coordenador o cartão provisório de Associado.			
31 JAN 1987	Realiza-se a 1.ª Assembleia Distrital, em Aveiro.			
26-28 MAR 1987	Comemorações do V Aniversário em Lisboa, Coimbra e Porto. Em Lisboa, Eugéne Ascensio, da FASP e da UISP; Francisco Cano e Rafael Espartero, da USPM-UGT, de Espanha; Comissário Santinhos e o Subchefe Fonseca são recebidos pelos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à excepção do PSD, pelo Provedor de Justiça, pela CGTP-IN e UGT			
MAR 1987	Em Lisboa, no Dia do Comando Distrital", o Comandante Geral da PSP admite que o Sindicato da Polícia é assunto da competência da			

Assembleia da República e do Governo.



**Expresso** // 29 Abr 1989

NOV 1987	Participação no III Congresso do Sindicato dos Bancários do Centro e Conselho Nacional do STAL.			
FEV 1988	Participação no IV Congresso Nacional da UGT.			
15, 25 MAR e 08 ABR 1988	Comemorações do VI Aniversário, com colóquios, em Coimbra, Lisboa e Porto, subordinados ao tema "Sindicalismo Policial – Reflexo da Democracia".			
23 MAR 1988	Recomendação do Provedor de Justiça ao Ministério do Emprego e Segurança Social, no sentido da publicação do Estatutos da ASP/PSP.			
01 JUN 1988	Editado em Coimbra o 1.º Boletim Sindical.			
JUN 1988	Participa no III Congresso Extraordinário da SUP, em Málaga, Espanha.			
OUT 1988	A Zona Sul edita o boletim "Informação".			
10 MAR 1989	I Encontro Nacional, em Lisboa, no Pavilhão do BESCL. Neste Encontro, que viria a dar origem a processos disciplinares contra os principais dirigentes nacionais, foi aprovada uma moção e entregue no MAI. Provedor de Justiça envia uma mensagem.			
21 MAR 1989	Encontro com o Grupo Parlamentar do PS, a concluir uma ronda de contactos com a CGTP-IN, UGT, Os Verdes, ID, PSD e PCP. Só o deputado do PSD se mostrou contra a legalização do Associativismo Policial.			
ABR 1989	É iniciada a publicação d'O Crachá.			
21 ABRIL 1989	Il Encontro Nacional e carga do Corpo de Intervenção, no Terreiro d Paço. Os Dirigentes da ASP/PSP que se tinham deslocado ao MAI são detidos e levados a Tribunal de Polícia.			
03 JUN 1989	I Encontro de Juristas, no Salão Nobre da Ordem dos Advogados, em Lisboa, subordinado ao tema "Direitos Fundamentais do Cidadão – Sindi- calismo e Polícia", organizado pelo Sind. dos Magistrados do Ministério Público e pelo Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados.			
09 JUN 1989	Jantar de Solidariedade no Restaurante do Jardim Zoológico. Partici-			

param cerca de 1.500 pessoas. Na ocasião foi aberta uma conta bancária

e constituída a CASP – Comissão de Apoio ao Sindicalismo Policial.





Jornal de Notícias / / 23 Abril 1999

# Diário de Motícias



Diário de Notícias // 22 Abril 1989

29 JUN 1989	O Presidente do CESP, Miguel Martin Pedraz, enviou um telegrama ao primeiro Ministro português onde apelava ao fim da repressão contra os Sindicatos da Polícia.		
OUT 1989	Deslocação a Itália para participar no Congresso do CESP.		
15 OUT 1989	Jose Manuel Sanchez, da Direcção da UISP, veio a Portugal recolher informações para o debate que o Comité Executivo da UISP realizaria na Dinamarca.		
NOV 1989	A Assembleia da República aprova legislação que consagra o associativismo policial. A ASP/PSP passa a designar-se Associação Sócio-Profissional da PSP (ASP).		
JAN 1990	É colocado à venda o livro "Direitos Fundamentais do Cidadão, Sindicalismo e Polícia", por iniciativa da CASP (Comissão de Apoio ao Sindicalismo Policial).		
03 MAR 1990	Registo Notarial dos Estatutos da ASP/PSP.		
29 MAI 1990	Eleição dos Corpos Gerentes Nacionais e Distritais e votação dos Estatutos. Votaram mais de 70 por cento dos associados em 100 mesas de voto.		
20 JUL 1990	A ASP é recebida pelo Comando Geral da PSP.		
10 SET 1990	Eleições para o Conselho Superior de Polícia. A ASP/PSP elege os primeiros três representantes no CSP e para o CSJD, ao alcançar 84, por cento dos votos.		
11 OUT 1990	Primeira reunião com o Comando Geral da PSP.		
27 NOV 1990	Segunda reunião com o Comando Geral da PSP.		
06 DEZ 1990	Assembleia Geral Extraordinária.		
10 DEZ 1990	Concentração junto ao MAI.		
13 DEZ 1990	Audiência com o MAI e participação no CSP.		
08 JAN 1991	Resposta da ASP ao MAI.		
04 FEV	MAI recusa nova audiência com a ASP.		
18 a 24 FEV	Acções de "talões caídos".		
MAR 1991	O Subchefe Carreira participa, em representação da ASP/PSP, num Grupo de Trabalho nomeado pelo Comando Geral para elaborar uma proposta de Estatuto Para a PSP.		
09 MAR 1991	A ASPP/PSP participa na reunião do Comité Executivo do CESP, em Madrid.		
22 MAR 1991	Encontro Nacional na Voz do Operário. No final, foram entregues ac MAI as conclusões do encontro.		
27 ABR 1991	Realiza-se em Coimbra o Colóquio Internacional "Que Polícia Para 1992", promovido pela ASPP/PSP e com a participação de várias associações internacionais.		
MAI 1991	Quinzena da "Tolerância para com os transgressores".		
03 MAI 1991	Jornada de esclarecimento da população com distribuição de um documento e com a realização de uma conferência de imprensa no Rossio.		



### ASPP Folha Informativa / / Abril 1999



10 MAI 1991	Assembleia Geral na Voz do Operário.		
25 JUN 1991	Realiza-se em Lisboa uma "Manifestação de Apoio aos Polícias", promovida pela CASP, em que participaram mais de 5.000 Polícias e e usaram da palavra, entre outros, Carvalho da Silva e Torres Couto.		
06 NOV 1991	ASP/PSP apresenta queixa contra o Comando Geral na Provedoria de Justiça.		
28 NOV 1991	Realiza-se, na Casa do Alentejo, uma Assembleia geral extraordinária que aprovou uma proposta de alteração dos estatutos da ASPP/PSP.		
04 a 06 JUN	Seminário Internacional "Fronteiras da Polícia na Europa sem Fronteiras".		
04 JUN 1992	Manifestação de apoio à luta dos Polícias, com a presença de delegações de sindicatos europeus.		
19 JUN 1995	Manifestação de apoio à luta dos Polícias, com a presença de delegações de sindicatos europeus.		
17 MAR 1999	IV Congresso do CESP, em Atenas, que marca a adesão da ASPP/PSP como membro efectivo.		
26 JUN 2001	Encontro Nacional de Polícias, seguido de Manifestação.		
2001	Queixa no Conselho da Europa pela inexistência da Lei Sindical na PSP.		
2002	Lei Sindical da PSP é aprovada na Assembleia da República, mas sem direito à greve.		
2002	A ASPP/PSP, mantendo a mesma sigla, constitui-se como Sindicato.		
7 FEV 2006	A ASPP/PSP, devido à falta de diálogo por parte dos sucessivos governos, promove uma petição pública pelo direito à greve na PSP.		
2007	É discutida e rejeitada na Assembleia da República a petição pelo direito à greve na PSP, tendo contado com os votos favoráveis do PCP, e BE e Os Verdes.		
MAR 2007	A ASPP/PSP apresenta, através do CESP, uma queixa no Conselho da Europa devido à ausência de Negociação Colectiva por parte do Governo.		
2008	ASPP/PSP organiza três colóquios sobre o tema "Polícia, Profissão de Risco", com a participação do Ministro da Administração Interna, Dr. Rui Pereira, onde é assumido pelo próprio que a polícia é uma profissão de risco.		
FEV 2008	ASPP/PSP apresenta reclamações ao Presidente da República, Procurador-geral da República, Provedor de Justiça, Presidente da Assembleia da República e Comissão Parlamentar de Trabalho e Emprego da Assembleia da república pelo facto de a Lei dos Vínculos Carreiras e Remunerações da Função Pública aplicar-se à PSP.		



"Secos e Molhados", "Polícias contra Polícias" – assim ficou conhecida a Manifestação do dia 21 de Abril de 1989, que os Profissionais da PSP realizaram na Praça do Comércio da cidade de Lisboa. As imagens que deste acontecimento correram Mundo constituem um testemunho de como volvidos 15 anos sobre o 25 de Abril de 1974 – ainda se tinha que lutar num Portugal Democrático pela conquista de direitos de reunião, de associação e de manifestação, que a Constituição da República consagra e garante. Era na altura 1º Ministro Prof. Dr. Cavaco Silva, hoje Presidente de República, e Presidente de República, Dr. Mário Soares, conhecido pela sua postura de grande democrata. As referências político-pessoais falam por si.



# de Abril

21 de Abril revela também aquilo que constituiu a vivacidade, a tenacidade, e a vitalidade do empenho e da luta encetada, inicialmente por um punhado (assim se constroem e se desenvolvem movimentos sociais com dimensão humana) de agentes da PSP logo ultrapassados por milhares para conquistarem um espaço no já então apregoado Estado de Direito Democrático e o seu enquadramento cívico na sociedade, enquanto elementos visíveis na defesa da segurança e tranquilidade do cidadão – afinal os alicerces de uma sociedade democrática.

Um terceiro factor que o 21 de Abril comportou é a projecção e a própria divulgação e publicidade com que se viu envolta. Até aí, muito pouco ou quase nada transbordava para os meios de comunicação social. Os comentadores da praça e os "opinion-makers", muitos deles ainda hoje conhecidos pela sua fama democrática mantiveram-se sibilantemente apáticos. Era de facto comprometedor e temerário revelar-se pró-sindicalismo policial. Óptimo teria sido se, na altura em que os agentes de polícia mais necessitavam de apoio na sua luta pela dignificação como cidadãos e profissionais, na regeneração das suas carreiras e condições de trabalho, alguém os apoiasse. Salientese todavia que governos saídos de formações partidárias que se clamam de democráticas terão sido precisamente aqueles que mais se revelaram antagónicos e perseguidores do associativismo representativo nas forças de segurança, já então amplamente reconhecido na generalidade dos países europeus.

O 21 de Abril de 1989 enquanto data a assinalar um invulgar acontecimento – uma manifestação de agentes de autoridade – não passaria à história, não fossem os antecedentes em que assenta – também *outras datas e outros acontecimentos* – e que num todo atribulado mas harmonioso marcam o historial de base do processo de formação do sindicalismo policial em Portugal.<sup>1</sup>

Por paradoxal que pareça, a inexistência de organizações representativas na instituição policial, como aliás sucede nas Forças Armadas, pode num certo sentido atribuir-se ao sector militar, que através do MFA, haviam restitituído a democracia a Portugal em 1974 – Movimento das Forças Armadas. Sendo a PSP e a GNR na altura forças militarizadas, assumido por isso que a contextualização democrática estaria "ipso facto" assegurada no seu seio, parece ter-se olvidado que também as Forças Armadas e as Forças de Segurança careciam, que a superior forma de consciência profissional também nelas se instalasse.²

Mas não se pense que o 21 de Abril é algo de isolado ou repentista, fruto de uma mometânea disposição para espontaneamente alcançar a dignificação da classe profissional de agentes policiais. Foi, ao invés, a consequência de um longo processo árduo já que qualquer tentativa neste sentido tinha logo os seus custos disciplinares e não só. Outras datas há, sem as quais o 21 de Abril não passaria de uma quimera.





Assim, e sem pretender ser exaustivo, se refere a um momento singular de 28 de Abril de 1979 – quando, em Lisboa, se realiza um tímido primeiro almoço de confraternização para que "os polícias também comemorassem Abril". Escusado será dizer que se ensaiavam os primeiros passos com vista a uma organização associativa, pelos profundos problemas socioprofissionais que então se levantavam - o estatuto militar nas Forças de Segurança; a democracia e o militarismo, o estatuto remuneratório, as carreiras e outras questões do género. Nos anos 80, os agentes policiais são chamados a defender o "25 de Abril" ao ter que fazer face à conflitualidade social e à instabilidade política, sem que no entanto o espírito dessa data penetrasse na sua instituição. O 19 de Fevereiro de 1983 assinala o célebre Almoço na Casa do Alentejo onde cerca de 400 agentes da PSP, dirigentes do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP) e outros manifestam-se contra a perseguição desencadeada aos defensores do associativismo e se exige uma formação profissional e cultural bem como a dignificação social do agente policial, a implementação de um Código Deontológico, a criação de um órgão fiscalizador que permitisse a transparência do serviço policial, e ainda a implementação de uma Escola Superior de Polícia.3

Colaço e António Carlos Gomes - Edições Cosmos – Lisboa 2001, é uma obra de estudo, história e investigação. Composto de 565 pgs, o livro visa tornar acessível o quadro e o contexto da luta socioprofissional e sindical dos profissionais da PSP, deixando os autores à apreciação do leitor fazer um criterioso estudo actualista. É um texto polémico, também pelo envolvimento de personagens institucionais e políticas, muitas delas tidos por de democratas de estirpe, cujo posicionamento em determinada época histórica pode, no entanto, vir a ser questionada e redimensionada.

O livro foi apresentado no dia 31 de Maio de 2001 na Sede da Associação 25 de Abril - Lisboa por Dr. José Manuel Menéres Pimentel, Juiz- Conselheiro Jubilado e Ex-Provedor de Justiça.

1 O livro "Sindicalismo na PSP – Medos e fantasmas em regime democrático" - de António Bernardo

- por Dr. José Manuel Menères Pimentel, Juiz- Conselheiro Jubilado e Ex-Provedor de Justiça.

  O livro teve apenas uma 1ª edição, com 1000 exemplares, sendo raro e de escassa divulgação dada a falência da editora.
- 2 Neste aspecto profissões houve como as da magistratura Judicial e do Ministério Público que logo em 1975 avançaram nesta direcção. Não fora assim e dificilmente conseguiriam alcançar hoje a democratização das suas estruturas profissionais.



De 08 para 26 de Novembro de 1983 esteve programada a realização diferida da Assembleia Constituinte da Associação Sindical da Polícia. Confiava-se que o regime democrático haveria de se fazer sentir. Mas não. O acto eleitoral, logo nos primeiros momentos saldou-se no confisco, pela entidade governativa através das própria PSP, das urnas eleitorais – enquanto símbolo de liberdade e de democracia. Seria este, numa certa medida, o 1º episódio de Polícias contra Polícias. Paradoxalmente, foi apenas no Funchal que as urnas não seriam apreendidas, onde teve lugar uma votação Pró-Sindical de 60% e que serviria de fundamento para a organização e entrega do processo para a legalização do Sindicato de Polícia junto do Ministério de Trabalho e de Segurança Social em 02 de Dezembro de 1983, onde ainda hoje está retido! 4

Inexistindo Sindicato de Polícia face a essa retenção arbitrária do processo de sua legalização a Comissão Coordenadora da Pró-Associação Sindical da PSP prosseguiu a sua actividade entre tempestades e tormentas de ameaças e processos disciplinares. Assim, face a uma programação ajustada, já em Maio de 1984 a Comissão dá início aos seus contactos internacionais designadamente com a União



Internacional dos Sindicatos de Polícia (UISP) com sede na Alemanha. A partir de 20 de Fevereiro de 1985 a Comissão passa a organizar Mesas- Redondas e Colóquios sobre o sindicalismo na polícia, com a intervenção de personalidades e individualidades de destaque no meio cultural, profissional e político do País. De cada uma dessas realizações eram tiradas conclusões que eram depois enviadas aos órgãos de soberania e entidades com responsabilidades no campo. O objectivo era dar a conhecer e publicitar a razão de ser do sindicalismo policial, enquanto direito humano visando a protecção dos direitos humanos precisamente em instituições onde estes se tornam mais propensos a ser violados. É ainda desse ano, o Manifesto de Princípios; a 1ª Carta Revindicativa e o 1º Código Deontológico de uma associação de polícia ao nível europeu. No prosseguimento de um desses colóquios o então Presidente da Comissão - Joaquim Santinhos, anuncia pela 1ª vez a renúncia à greve como princípio programático.

<sup>3</sup> Uma avaliação séria e honesta da evolução que a PSP hoje apresenta demonstra com cristalina clareza que muito se deve às exigências do movimento associativo. Insere-se neste âmbito, o reconhecimento da PSP como um organismo civil; a criação do IGAI; a implementação da Escola Superior, a publicação o Código Deontológico e outras medidas.

<sup>4</sup> É óbvio que a posterior evolução do movimento associativo policial tornouessa retenção obsoleta. Regista-se apenas a atitude governamental da época.





A actividade associativa adensa-se prosseguindo em simultâneo a orgnanização administrativa da Comissão pelo país fora, com vice-presidências, delegações e representantes associativos. Quase em simultâneo deixa-se gradualmente cair não só o prefixo "pró" como ainda o termo Comissão para passar a ser de facto a Associação Sindical de Polícia/PSP- ASP/PSP.

Entretanto a estrutura associativa passa a ser presidida por um elemento do activo policial -Manuel Carreira. Tal constituía um passo fundamental já que envolvia a direcção do movimento sindical para o interior da instituição policial. A partir daqui o clima de confronto aviva-se passando a Tutela a visionar a problemática associativa como o alvo a abater. Medidas as forças e sobretudo perdido o medo na conquista de um direito constitucional realiza-se em 10 de Março de 1989 o 1º Encontro da Polícia com mais de 1600 agentes policiais, muitos deles fardados mas desarmados. Era o ponto de não retorno ao qual se seguiria o 2º Encontro de Polícia no dia 21 de Abril. Este acontecimento viria a definir a irreversibilidade do processo associativo na PSP.

# Do rescaldo fica o seguinte apontamento:

Entre 1974 e Abril de 1989 contavam-se já quatro Ministros de Administração Interna e três Comandantes-Gerais.

De 1981 a 1989 – até que fosse reconhecido aos agentes da PSP o direito de constituirem associações profissionais pela Lei 6/90 de 20 de Fevereiro, decorreram 9 anos.<sup>5</sup>

O sonho da primitiva Comissão Coordenadora Pró-Associação Sindical/PSP no sentido do **Sindicato na PSP** só se concretizaria em 2002, sendo o 1º Presidente eleito Alberto Torres.

Num certo sentido, a história contemporânea da PSP, as alterações que sofreu, as instituições de que se acha apetrechada e a dignificação que acompanha o seu profissional assenta na luta, no empenho e vontade indomável daquele punhado de agentes e de todos quantos na altura devida os apoiaram para que o 25 de Abril, ou seja, a democracia também acobertasse a PSP.

António Bernardo Colaço
Juiz-Conselheiro do STJ, Jubilado

# 21 de Abril de 89 na primeira pessoa

ão é difícil recuperar a memória do dia 21 do mês de Abril de 1989. Não é difícil porque os acontecimentos vividos, essencialmente nessa tarde, marcaram para sempre um momento decisivo e memorável na história da polícia e do sindicalismo nas forças de segurança em Portugal e, em particular, nas pessoas directamente envolvidas nesse acontecimento.

São muitos os significados que se podem associar a essa data a partir da qual nada mais foi igual sobretudo, no que se refere ao ambiente que se vivia em Portugal em torno de uma questão que nos envergonhava na Europa. Quinze anos depois do 25 de Abril de 1974, perdurava um clima de enorme tensão no interior da polícia, no essencial, tratava-se de fazer o inevitável e mais uma vez, foi a razão, a força dos homens e mulheres, que há mais de 30 anos vinham trabalhando no sentido de inscrever os polícias portugueses nas páginas da democracia, reconhecendo-lhes direitos legítimos, constitucionalmente reconhecidos e clamados aqui e além fronteiras.

Hoje, 20 anos depois, honramos na nossa história, a história de uma jovem democracia que dava mais um passo reconhecendo o direito de associação aos polícias. O direito destes profissionais, de se poderem manifestar, reivindicar os seus direitos, participar na negociação dos seus estatutos, o direito a poderem manifestar o seu descontentamento, no essencial o seu direito de opinião e pleno uso dos seus direitos de cidadania sem serem punidos por tal.

Apesar de tudo, aquele dia foi também uma demonstração de inteligência, coragem, tenacidade, persistência e responsa-

bilidade, adjectivos com que tantas vezes coroamos a nossa história.

E afinal que mal havia nisto? Que justificação havia para este adiamento que tantos prejuízos provocou? Tantos fantasmas foram criados para escamotear um direito e uma realidade incontornável.

Esta data é e será sempre um hino e uma homenagem a esses homens e mulheres que, em circunstâncias tão difíceis pagaram um preço muito elevado por uma liberdade que afinal ainda não tinham, por uma liberdade que chegou mais tarde e para alguns já muito tarde a ponto de não os poder reconfortar e repor os seus prejuízos.

Honremos a nossa história e façamos justiça ao saber, à inteligência, coragem e determinação de Homens como o senhor Comissário Joaquim Bandeira Santinhos e a tantos outros que, com ele, deram força e expressão a esta causa. Mas também ao movimento sindical e à maioria dos partidos políticos, bem como a tantas personalidades que, algumas vezes de forma mais explícita outras vezes de uma forma mais anónima são, afinal, a essência de todo este processo que havia levado ao dia 21 de Abril de 1989.

Esta data marcou efectivamente um ponto de viragem, como largamente se noticiou na





altura, na história da polícia. A tensão enorme e o clima de "cortar à faca" caracterizado pelo medo, pelas perseguições constantes e por desconfianças sobre associados e simpatizantes da Pró-Associação Sindical dos Profissionais da PSP, como era designada na altura, foi-se desvanecendo dando lugar a um clima de diálogo e confiança, a uma relação pautada pela salutar frontalidade que deve caracterizar a convivência das pessoas nas suas instituições.

Esta data celebra também, a maturidade de uma instituição que evoluiu no sentido do reconhecimento de direitos, dos direitos dos seus próprios profissionais numa atitude que engrandeceu e reforçou a sua missão e os seus princípios. Façamos desta data um enaltecimento ao reconhecimento dos direitos, aos direitos de todos os cidadãos cientes que, desta forma, damos verdadeira expressão à democracia.

Esta data marcou também uma nova exigência na forma de se fazer sindicalismo nas forças de segurança e especialmente na polícia. A luta pela inscrição dos direitos sindicais dos polícias foi ganha e desta forma, chegava ao fim um longo período de tempo, marcado pela coragem, capacidade de afirmação e competência dos polícias onde o vínculo efectivo ou apenas o sentimento de pertença ao movimento sindical que germinava era por si só, muitas vezes, sinal de vitória.

Dai para a frente, o trabalho dos sindicatos passa a incluir outros papéis onde a capacidade de negociação, de apresentação de propostas alternativas, de criatividade e imaginação pode fazer toda a diferença. Este novo papel que está conferido ao sindicalismo, contém naturalmente, como princípio essencial,

a luta pelas questões corporativas que são legítimas e conferem o sentido da eleição dos seus órgãos, as escolhas dos seus associados.

Mas, logo num segundo momento, exigem a confirmação de outros princípios como a credibilização dos seus papéis, a responsabilização dos poderes que representam e, acima de tudo, exigem hoje um sentido de responsabilização pessoal e institucional muitas vezes difícil de conciliar entre as pressões mais internas e as conjunturas externas. Neste sentido, nem sempre coincidem estes dois calendários. Aos dirigentes cabe esta difícil tarefa de decidir em conformidade e por esse motivo, ser dirigente sindical foi e é cada vez mais um exercício que começa a ficar fora do mero voluntarismo circunstancial, de algum oportunismo, de uma certa cultura populista, exige um fôlego maior, uma visão para além das circunstâncias, uma visão do todo em ordem ao desenvolvimento, ao progresso. Uma visão dirigida para as pessoas entendidas nas suas especificidades individuais mas integradas num todo de que queremos cada vez mais fazer parte.

Passados estes 20 anos, congratulo-me pelo percurso honroso da ASPP/PSP, pela forma como vem fazendo o seu caminho. Instituição de enorme responsabilidade no cenário sindical







Português, em especial nas forças de segurança e em particular na PSP, continua a merecer a confiança da maioria dos polícias constituindo-se como um parceiro de reconhecido sentido de responsabilidade, credibilidade, capacidade e respeito

A sua longa história está repleta de momentos que lhe conferem uma elevada maturidade, credibilidade e respeito por todos. Desde o senhor Comissário Joaquim Bandeira Santinhos, passando pelo nosso estimável José Manuel dos Santos Carreira, Alberto Torres e agora o Paulo Rodrigues, todos, sem excepção, procuram seguir este caminho com reconhecida sabedoria, conferindo assim acrescido mérito, prestígio, confiança e sustentabilidade a este projecto.

O 21 de Abril, por força da razão, pelas inúmeras etapas deste longo caminho terá de constituir enorme referência, em primeiro lugar, por parte dos polícias, simultaneamente, por parte de qualquer instituição e, em geral por parte de todos os cidadãos.

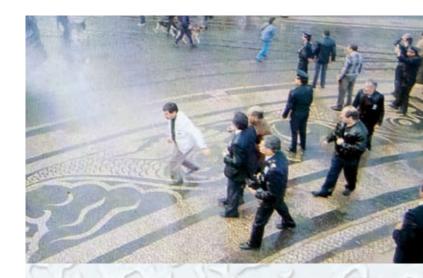
O 21 de Abril de 1989 decorreu num contexto muito próprio típico do culminar dos processos que deixam de ter condições para se susterem a si próprios. Portugal e os seus governos deixaram de ter condições para suster a marcha da verdade, da razão e do progresso neste domínio muito particular referente à consagração do associativismo nas forças de segurança. Não era possível conter por mais tempo a legalização de um processo que a maioria dos cidadãos considerava absurdo, sem explicação e sobretudo que a constituição previa. Porque motivo não haviam os polícias, à semelhança de todos os restantes cidadãos, de ter a sua organização representativa?

O acontecimento que marcou esta transição entre clandestinidade e legalidade do movimento sindical na polícia, ficou marcado e posteriormente conhecido, pelo incidente ocorrido, na tarde do dia 21 do mês de Abril de 1989, no Terreiro do Paço, entre polícias que se reuniam em frente do Ministério da Administração Interna, depois de desfilarem até ali desde a "Voz do Operário", e os colegas do Corpo de Intervenção.

"Secos e molhados" é assim que as pessoas recordam aquele dia. Os primeiros foram inicialmente atingidos com canhões de água provenientes de potentes carros de água do Corpo de Intervenção. Mais do que molhados, ficaram totalmente encharcados por resistirem corajosamente a este primeiro ataque, demonstrando assim que com água jamais dali dispersariam. Os segundos, os elementos do corpo de intervenção que receberam ordens da parte do governo para dispersar os colegas, ficaram conhecidos como os secos, os polícias que molharam os colegas, que atiçaram cães para os atacarem e foram atacados e que, por fim, utilizaram os seus bastões para os obrigarem a desfazer a concentração e a abandonar o local em frente ao MAI, dando assim por cumprida a missão que culminou com a detenção de seis colegas da Pró-Associação Sindical dos Profissionais da PSP.

Foi efectivamente uma tarde muito difícil para ambos os lados. O confronto por si só, entre polícias é já de si algo impensável e inquestionavelmente muito violento visto de fora, como largamente foi desenvolvido pelos media.

Mas visto por dentro, por alguém que estava dos dois lados, que se sentiu molhado e seco, é naturalmente mais violento. Na altura, a média



das idades dos operacionais do Corpo de Intervenção andava na casa dos 27 anos, éramos muito jovens. Até aquela data, eu tinha inscrito cerca de 221 operacionais nas listas clandestinas da Pró-Associação Sindical dos profissionais da PSP. A larga maioria manifestava interesse em associar-se mas receava fazê-lo devido a um clima de enorme pressão e medo que reinava na instituição e, em particular numa unidade com aquelas características. Um mês depois do 21 de Abril, éramos 487 associados, num total de cerca de 800 homens daquela unidade especial de polícia. O ambiente dentro da unidade era de uma enorme coesão e compreensão pela luta que se vinha travando em prol da legalização do movimento. Dentro da unidade, um punhado de homens que recordo com saudade pela sua valentia, coragem, determinação e inteligência, com que me apoiaram na construção, cuidadosa, de um ambiente de aceitação, compreensão e pertença ao movimento que cá fora aumentava.

Por este motivo, a participação dos elementos do Corpo de intervenção foi um acontecimento duplamente violento. Duplamente violento porque a grande a maioria daqueles operacionais eram associados e simpatizantes da Pró-Associação Sindical, percebiam a justeza daquela luta e não viam porque motivo teriam de ser chamados para uma intervenção daquele género, pois nada daquilo lhes parecia ilegal e a razão da sua intervenção tinha que ter este requisito como justificação do uso da sua forca.

O ambiente na unidade era naturalmente muito pesado. Naquele dia cheguei ao Corpo de Intervenção às 04H25 devido a preparativos onde tinha estado envolvido para a preparação dos trabalhos da Pró-Associação Sindical. Tudo decorreu com normalidade, logo no encontro ao pequeno-almoço, as palavras foram mais contidas. A comunicação social estava a fazer uma larga cobertura das actividades da Pró-Associação Sindical, tendentes a criar as condições para uma grande reunião na "Voz do Operário". Alguns dos media avançavam prognósticos de que os polícias, após a reunião se deslocariam para junto do MAI, onde se pretenderiam concentrar até que uma delegação constituída por vários dirigentes entregasse uma moção no Ministério.

Dentro da unidade as poucas palavras andavam à volta da questão "eles vão descer até ao Ministério?" Fui informando que tal decisão dependia da decisão tomada pelos colegas em plena reunião, mas que era provável. Depois do almoço, a sala da televisão ficou repleta, de tal modo que houve colegas que ficaram na rua para poderem ver o destaque que os telejornais davam ao acontecimento e, concretizava-se cada vez mais o previsível. Tudo indicava que os colegas se encaminhariam para uma decisão no sentido de acompanhar os colegas da direcção a entregar a moção no MAI. Rádios, jornais e televisões, davam destaque ao acontecimento e instalavam-se no Terreiro do Paço.

Durante a manhã, foi visível um movimento estranho e inédito na unidade com colegas dos serviços de manutenção e apoio a prepararem os seus fatos e materiais de intervenção. Nunca tinha visto estes colegas, que há alguns anos tinham deixado de integrar as companhias operacionais, vestidos com os fatos operacionais que envergavam os elementos que pertenciam aos PAM – Pelotões de Alerta Máximo, com um grau máximo de prontidão. Naquele dia, por grande coincidência, eu integrava um PAM. De dentro das camaratas saíam cada vez mais elementos vestidos a rigor com estes fatos. Os operacionais olhavam-se num ar de surpresa para estes colegas que até ali estavam nos serviços de apoio e que se olhavam de alto a baixo esboçando aqui e acolá um sorriso pela oportunidade que lhes era dada.

O Candeias Cordeiro e o Sousa ultrapassaram vários colegas num passo atlético e ao chegarem ao cima da parada encontraram-me ofegantes. "Marçal o que vai acontecer?" e olhavam a parada sul cada vez mais cheia de operacionais, que naquele dia se multiplicavam a cada instante. Tinha acabado de ir à parada norte e vi os caros da água todos perfilados e os colegas da sua manutenção a fazer os últimos preparativos.

Por momentos, o ambiente era de uma tensão enorme, já não se falava e temia-se o pior. Chegou-nos a ordem de formatura na parada norte e a calma com que tudo se pretendia fazer era uma ilusão difícil de conter. Formámos sem pressas de modo a que tudo fosse o mais discreto. A companhia estava largamente aumentada com os colegas dos serviços de manutenção e apoio. Estavam ali todos os carros de água e, pouco depois, chegavam os colegas do Grupo Operacional Cinotécnico, com os cães.

O Américo Mateus Amaro, destacável operacional com quem momentos antes me cruzei junto à messe de graduados, sorriu confortavelmente e eu achei aquele gesto estranho. Seguramente dispunha de alguma informação que me escapava, pensei na altura. Depois de sermos informados que iríamos concentrar em frente à Câmara Municipal de Lisboa, onde se previa que, nas imediações, decorresse uma concentração de colegas da Pró-Associação Sindical, recebemos a ordem para entrar para as carrières, veículos de intervenção que nos transportaram ao local.

Sentámo-nos nos nossos lugares do costume e até lá não se falou alto, olhávamos em frente ou para o chão, olhar baixo e peito menos esticado.

Ao chegar junto da Praça do Município, fiquei surpreendido e contente com a quantidade de cidadãos ali presentes e dei conta que, durante o dia, não me tinha apercebido do real impacto que a reunião dos polícias tinha provocado na população. Algumas pessoas voltavam-se para nós, sorriam e com os dedos faziam-nos o V da vitória. As câmaras procuravam filmar esses gestos e as nossas reacções.

O ambiente era muito difícil. Num dado momento, apercebemo-nos que os colegas da Pró-Associação Sindical tinham chegado. À sua chegada, ouviram-se palmas, os cidadãos e jornalistas andavam num rodopio entre a Praça do Comércio, onde os polícias se concentraram, e a Praça do Município onde estavam estacionadas as carrinhas do Corpo de Intervenção. Os minutos dentro das carrinhas pareciam eternos, em silêncio, todos pensávamos o mesmo, que tudo se resolvesse sem ser preciso sairmos para a rua. Mas o momento indesejável chegou. "Vamos sair", disse o comandante do PAM. Na rua, o meu pelotão alinhou na frente da companhia com a minha secção em primeiro lugar. Progredimos lentamente à medida que deixávamos a Praça do Município. Pouco depois de entrar na Rua





do Arsenal, assistimos à projecção dos canhões de água sobre os colegas. Muitos dos colegas que estavam nos comandos dos canhões de água não tinham experiência sobre este trabalho, era a primeira vez que o faziam e a instrução recebida era insuficiente. Fosse por este motivo ou por outro, muitos dos jactos de água não incidiam sobre os colegas, passavam-lhe muito por cima provocando sobre eles um efeito de chuva intensa. Outros, atingiam-nos com elevada violência.

Atrás dos carros de água e já numa segunda tentativa para dispersar os colegas que resistiam aos canhões de água, apercebi-me da acção dos cães que os colegas, com muita dificuldade, atiçavam contra os colegas mas que os pobres bichos, confusos por verem as mesmas fardas, teimavam em não agredir.

Conhecia todos aqueles colegas, eram companheiros de profissão, colegas das mesmas causas. Resistiam corajosamente a tudo aquilo de tal maneira que num momento deixei de pensar onde estava e fiquei impávido perante aquele cenário. Do outro lado, alguns colegas gritavam o meu nome, a minha secção deu um passo atrás, foi a confusão total. Envolvemo-nos todos num ambiente de tamanha confusão com os colegas da Pró-Associação Sindical a apelar insistentemente à nossa calma, um abraço a um e outro colega, tristeza, indecisão, angústia e tudo o mais ali era visível. Momento de enorme indecisão e dificuldade, pois a missão que nos levara a li parecia impossível. O comandante do Corpo de Intervenção voltando-se para mim e, vendo que não tinha pegado no meu bastão gritou-me num tom ameaçador: "Para quê que quer o bastão? Logo não entra na unidade!" Nem tinha dado por tal, olhei-o e nada disse. Foi muito difícil reunir os operacionais. Tinha a sensação que a nossa intervenção poderia ter sido evitada e tudo aquilo me parecia inútil.

Pelas 00H25 do dia seguinte, já dentro da unidade, fomos chamados ao grande refeitório dos agentes onde o senhor General Amílcar Morgado, Comandante-Geral da PSP na altura, se nos dirigiu para enaltecer a missão muito difícil que o Corpo de Intervenção e os seus operacionais tinham levado a cabo. Esse momento foi igualmente muito difícil. O senhor general teve dificuldade em falar sob um sussurrar dos agentes e graduados envolvidos no incidente.

O sentimento era de revolta pela situação em que tínhamos estado envolvidos, nada nos parecia justificar tal situação.

Na unidade, os dias que se seguiram foram igualmente de tensão entre quem tinha actuado e quem se tinha abstido. Lá fora, nas esquadras, perdurou, por algum tempo, um ambiente de certa animosidade em relação aos colegas do Corpo de Intervenção, apesar de a Pró-Associação Sindical se desfazer em iniciativas e comunicados apelando à compreensão de todos os polícias para entenderem o papel que tinha sido atribuído aos colegas do Corpo de Intervenção.

# 20 anos dos secos e molhados

curioso que me façam este desafio, uma vez que, estando eu próprio muito perto de assinalar os 20 anos de carreira, identifico os acontecimentos de 21 de Abril de 1989 como uma marca que viria a influenciar o caminho profissional que segui. Não foi a única, mas muito provavelmente foi a primeira que me despertou o interesse pela área da segurança.

Não me levarão portanto a mal que o meu contributo para este conjunto de memórias, sejam aquelas que guardo, não só desse dia, mas de algumas outras coisas que se seguiram.

Na altura frequentava um curso de formação profissional de jornalismo na Rádio Renascença, e foi portanto ainda como candidato a jornalista que testemunhei aqueles históricos incidentes. Desde logo na forma como a redacção da Renascença reagiu, enviando rua abaixo - da Ivens no Chiado ate ao Terreiro do Paço - reforços e mais reforços, à medida que se ia percebendo que o único repórter destacado para aquele serviço não era suficiente. Por mais invulgar que nesse tempo ainda fosse um encontro nacional de polícias na voz do operário, nenhum chefe de redacção ou editor conseguia antecipar que poucas horas depois teria que gerir um dos temas fortes de todo o ano.







Para a rádio em geral, esse foi aliás um daqueles dias de "vitória". Ainda sem a actual concorrência das televisões ou das actualizações on-line, os directos das rádios foram praticamente a única forma de se acompanharem os acontecimentos em tempo real. Ate que chegassem as imagens da RTP, foram os repórteres da rádio que testemunharam aquilo que para a história ficou como os secos e os molhados. Desde a decisão unânime dos polícias em acompanharem os seus representantes ao Ministério da Administração Interna, o desfile a pé ate ao Terreiro do Paço, os primeiros sinais de tensão com o dispositivo policial enviado para o local, a entrada dos dirigentes da ASPP no edifício do MAI, as negociações, as detenções, e por fim a carga policial, com maior visibilidade no avanço dos canhões de água.

E como não há trabalhos deste género sem gaffes, deixo aqui uma registada na antena da Renascença, quando um dos jornalistas diz empolgado que testemunhou polícias a bater em polícias, e polícias a morder em cães.

Esse 21 de Abril de 1989 revelou definitivamente uma luta que até aí se fazia quase na clandestinidade, sendo a partir daí impossível a quem quer que fosse desconhecer a existência de um movimento associativo dentro da PSP, disposto a defender os direitos daqueles profissionais, e em ultima instancia a reivindicar a existência de sindicatos. Esse ponto de vi-



ragem, ou revolução, ou até mesmo o 25 de Abril dos policias como alguns lhe chamam, colocou também o assunto debaixo do foco mediático. A ASPP passou a constar das agendas, as suas iniciativas cada vez mais ousadas passaram a ser noticia com mais frequência, e José Carreira tornou-se numa figura com presença habitual nos meios de comunicação social.

Foi pouco tempo depois, que as circunstancias me conduz ram para a cobertura quase intensiva desse novo ponto de interesse jornalístico, que o tempo entretanto se encarregou de alargar a toda a área da administração interna. Nestes 20 anos, que são afinal quase tantos como os que tenho de profissão, assisti e registei na antena da emissora católica portuguesa todos os desenvolvimentos.

Algo me diz, que vou continuar a ter muitos motivos para trabalhar este tema.

# Uma questão de memória

omo foi tomada a decisão de mandar o Corpo de Intervenção da PSP investir contra a manifestação policial de 21 de Abril de 1989? Que ministros do poder laranja intervieram? Ainda hoje se sabe muito sobre as consequências do acto e pouco sobre as discussões que a ele conduziram. Foi para o poder político um "euromilhões ao contrário", que manchou de autoritarismo a imagem de firmeza calma do próprio Primeiro-Ministro e deu trunfos magníficos à boa causa

Vivi em directo, no Parlamento, a apologia da carga policialantipolicial feita a quente por responsáveis do PSD. Releio o que então disse no Plenário:

"...O Sr. Ministro da Administração Interna repetiu a análise que atribui os acontecimentos da passada sexta-feira a uma cabala(...)e acusações que revelam que o Governo reitera, em primeiro lugar, o louvor ao Corpo de Intervenção pelas bárbaras agressões, em segundo lugar, insiste na recusa do diálogo para a legalização plena e as livres actividades do sindicato da PSP e, por outro lado, anuncia uma vaga repressiva sobre os elementos da comissão pró-sindical. Cria uma situação que é um beco sem saída (DAR,26-04-1989,p.3317).

E a "justificação" da carga fratricida? Ingressou na penumbra onde se esconde a memória das recordações vergonhosas. Nem é evocada pelos próprios, porque é uma múmia do passado. Felizmente, os que a fizeram acabaram por aceitar o sindicalismo policial que então demonizavam.

Mas a amnésia serve mal a democracia. Há 20 anos os "Secos e molhados" faziam chorar homens crescidos, habituados à vida dura do combate ao crime, comoviam a opinião pública, isolavam o poder político.

Vinte anos depois as Forças e Serviços de Segurança podem fazer no mesmo local as manifestações legais e pacíficas que quiser e os seus representantes são recebidos com naturalidade no Ministério da Administração Interna. Quer concordem, quer discordem têm a certeza de quem está do outro lado da mesa usa argumentos e não trata como desordem pública a expressão de opiniões sindicais.

O funcionamento regular das instituições democráticas e a alternância partidária nos Governos abriu espaço para um consenso



político muito abrangente sobre a importância da existência e funcionamento regular de associações e sindicatos nos sectores do Estado mais sensíveis (pecado mortal na ditadura!) É um consenso tão relevante que tem consagração constitucional, que importa não seja posta em causa.

Vinte anos depois, sei como as decisões são tomadas e participo nelas bem lembrado dos combates travados. Desde 2005, muitas horas de discussão livre e aberta revelam que à porta do MAI está o lema "Liberdade e Segurança". É à luz dele que actuamos em todos os terrenos, por vezes mais secos de recursos do que gostaríamos, mas indisponíveis para nos encerrarmos pelo próprio pé em becos sem saída.

José Magalhães





# Vinte anos depois, dia dos "Secos e Molhados" continua presente na nossa sociedade

o dia 21 de Abril de 1989, Portugal viveu uma das manifestações mais tensas do pós-25 de Abril, num dia ainda hoje lembrado como o Dia dos "Secos e Molhados".

Em causa, estava a luta pela defesa de direitos, liberdades e garantias, de uma classe que, há muito reclamava por melhores condições de trabalho, mais meios, melhores equipamentos, e aumento dos salários, numa manifestação convocada pela ASPP/PSP – Associação Sindical dos Profissionais da Polícia, com o Terreiro do Paço como palco de uma das mais acesas lutas de uma das classes de profissionais em que os cidadãos depositam mais confiança, frente a frente com o Corpo de Intervenção da PSP, num dia em que a tensão subiu de tom.

Face ao contexto europeu, o nosso País tem a particularidade de despontar para o movimento operário e sindical bem mais tarde. Só em 1821 se reconhece, ainda que provisoriamente, a liberdade de organização em associações, aos trabalhadores portugueses. Com o fim da Monarquia e o início da República, a esperança de melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores aumentou consideravelmente, embora hoje saibamos que nem tudo foram rosas, e muito teve que se lutar e alterar em termos estruturais, para que os direitos dos trabalhadores fossem acautelados.

Antes do 25 de Abril de 1974, o debate em torno do modelo de sociedade e do tipo de democracia que os Portugueses ambicionavam para o seu País incluía a defesa da liberdade sindical e do pluralismo na representação dos trabalhadores.

A consagração do princípio da Liberdade e do pluralismo sindical na Constituição de 1976 reflecte esse movimento de defesa da liberdade como um marco fundamental na história da democracia portuguesa.

O movimento sindical, tal como se apresenta hoje, é resultado das opções que levaram à fundação do regime democrático, sendo um dos sustentáculos da organização social e política do nosso País.

A sua constituição e a livre associação dos trabalhadores, com vista à defesa dos seus direitos, é um princípio fundamental, de modo a que os seus direitos, deveres, liberdades e garantias levem à concertação e ao diálogo social.

Hoje em dia o papel institucional dos sindicatos ultrapassa a simples representação dos interesses dos trabalhadores.

Se a 21 de Abril de 1989, a manifestação de polícias fardados em defesa da liberdade sindical acabou dispersa por colegas que, à bastonada, com cães e canhões de água desmobilizaram a multidão, num confronto sem igual em Portugal, hoje, as forças de segurança já conseguiram ver alguns dos seus objectivos aprovados, e, consequentemente, alguns dos seus direitos laborais alcançados.

Mas como o ser humano é, por natureza, por um lado "imperfeito", por outro, insatisfeito, dá continuidade às suas lutas e reivindicações, de modo a que, os seus direitos, deveres, liberdades e garantias sejam assegurados, tal como uma flor precisa de ser regada, para não morrer.

No próximo dia 21 de Abril, comemora-se o 20° Aniversário do conhecido episódio dos "Secos e molhados". A liberdade de expressão alcançada vai permitir dar continuidade à luta dos trabalhadores pelos seus direitos, à discussão dos seus problemas com o Estado, num debate que, cada vez mais, se quer amplo, aberto, livre de preconceitos e armadilhas, de modo a que os nossos filhos e os nossos netos possam crescer e viver numa sociedade mais livre e mais segura.

Francisco Moita Flores Presidente da Câmara de Santarém

Ex-Inspector da PJ



# 21 de Abril de 1989 Visto de dentro

história do sindicalismo policial prende-se em muito com a história da minha vida e com a minha vida policial em especial. No dia 21 de Abril de 1989, fiz parte de uma delegação de seis polícias para entregar uma moção no MAI. Há 20 anos, eu mais o saudoso Carreira, tínhamos 34 anos. Aquele dia tinha que chegar e só não foi mais dramático, por sorte e devido à nossa organização. Pensavam os que nos confrontaram que talvez fossemos um bando de medrosos e que íamos fugir com o rabo entre as pernas. Enganaram-se redondamente e em toda a linha.

Nessa tarde, começámos, vindos de toda a parte do país e cidadãos oriundos de todo o Portugal profundo, humildes, corajosos e lutadores e dispostos a tudo, a reunir no histórico palco que é a Voz do Operário, onde por unanimidade e aclamação foi aprovado um documento reivindicativo que iria ser entregue no MAI. Essa delegação era composta pelo saudoso Chefe Carreira, pelo Chefe Ventura, do Comando de Coimbra, pelos Agentes Sacramento, Ramos e Augusto, do Comando de Lisboa e por mim, do Comando do Porto.

Na chegada à Voz do Operário, tínhamos um colega a filmar-nos, talvez para nos intimidar, mas foi um engano. Quando saímos, fomos abordados por um então Comissário Principal a tentar demover-nos dos nossos objectivos. Estava junto ao Carreira e este dirigiu-se calmamente a ele: "Não saiam daqui, pois vejam o que vão fazer". O Carreira olhou para trás e nem dei tempo de ele falar: "A decisão está tomada, é de um colectivo e vamos em frente". Então, o Carreira, humildemente, respondeu-lhe: "Eu aqui não mando nada, como vê, é a vontade de um todo e só espero que não se excedam, se não isto vai ficar na história pelos piores motivos". Caminhamos então

para o MAI e tínhamos o pressentimento de que coisa boa não ia acontecer, mas também parecia que ninguém se importava com o pior. Lembro-me como se fosse hoje da abordagem do falecido colega Moura (colega da então 1ª Esquadra do Porto): "Virgílio! Isto não vai correr bem mas não vamos fugir". Só lhe respondi que estávamos dispostos a tudo e que tínhamos ali polícias com a têmpera de guerreiros.

O pessoal reuniu frente ao MAI, na Praça do Comércio, enquanto nós entravámos no edifício, depois de algumas resistências. Como era de esperar, ninguém queria receber o documento e nós também não queríamos sair dali. Começou ali um jogo com o Segundo Comandante do Comando de Lisboa. O portavoz foi o Carreira, eu a pessoa mais próxima dele e os outros sempre a apoiar as decisões e a encorajar.

A certa altura, o Major Tapadinha entra e ameaçou com o aparato policial próprio de um estado de sítio, ao que o Carreira respondeu: "O Sr. não vai fazer isso". A resposta surgiu seca: "Vamos ver", e saiu. Em acto contínuo, sentimos o roncar e o estremecer do aparato a aproximar-se da Praça do Município para a Praça do Comércio. Então, através dos altifalantes de uma viatura policial começou a fazer os procedimentos próprios de uma situação de restauração da ordem pública, e qual não foi





o espanto que, tendo dado o Major Tapadinha cinco minutos para o pessoal dispersar, o Tenente Coronel Governo Maia, Comandante do CI, passados pouco mais de dois minutos mandou o pelotão actuar. Governo Maia ficou na história de em 35 anos de democracia usar meios que só foram usados uma vez e contra quem tem o dever institucional de os usar, os polícias, ainda por cima num país o seu que se diz de brandos costumes.

Nessa altura, o Carreira disse-me: "Se fogem estamos lixados". Ao que respondi: "Ninguém vai fugir e nós também não". Quando vimos que os bravos polícias aguentaram cinco minutos, também vimos que a batalha estava ganha, mas a guerra ainda ia começar para todos. Muitos pagámos o atrevimento. No MAI, assistimos a toda aquela estupidez e barbaridade, mas sabíamos quem tínhamos no terreno. Quem tivesse naquele palco cidadãos como o Raul, de Coimbra, o Matias, que trabalhava comigo na então 1ª. Esquadra do Porto e hoje na esquadra de Gondomar, o Alberto Carvalho, também do Porto e muitos outros filhos desta Pátria Lusitana, não podia ter medo nem receio.

Vi um Comissário bater no Torres Couto, da UGT, junto ao Carvalho da Silva, da CGTP, e depois refugiou-se junto a nós no MAI. Vi os colegas todos encharcados, mas não vi ninguém a fugir com o rabo entre as pernas.

A certa altura, o Major Tapadinha começou a pedir-nos para que o pessoal se retirasse da Praça, ao que lhe respondemos não ser nosso o problema mas sim dele, que o criou. A certa altura, e como nos recusámos a sair, entrou no MAI e disse: "Vocês ganharam e vou ter que vos prender, embora me custe".

Procedeu à nossa detenção e fomos para a Esquadra da Reboleira. Fomos então encaminhados para uma carrinha do Cl,

onde o colega motorista recusou-se a levar-nos. Como vimos que tínhamos que sair dali depressa, o Carreira e o Augusto tiraram o colega e outro levou a carrinha a nosso pedido. Chegámos à Esquadra da Reboleira e como já lá havia muitos polícias e jornalistas, mandaram-nos para a Esquadra de Queluz, onde fomos bem recebidos pelo Comissário Principal Veríssimo Martins. Passámos ali a noite e nada nos faltou, a não ser estarmos privados da liberdade.

No dia seguinte, fomos para o tribunal em S. Sebastião da Pedreira e tivemos uma recepção apoteótica. O Poder Judicial e Administrativo não nos puniu nem à nossa organização. Quanto ao resto, todos sabem como foi a vida e a luta e que continua.

Conquistámos o povo, que sociologicamente aceita a nossa luta ainda hoje, e gerámos alterações sociológicas na sociedade. Quanto aos *Velhos do Restelo*, uns vingaram-se em alguns de nós, outros renderam-se à evidência. Hoje, temos uma organização democrática e reconhecida internacionalmente. Nesta data, só apelo aos jovens polícias e polícias vindouros a continuidade e engrandecimento da ASPP/PSP.

Virgílio Alberto Martins do Nascimento

Agente Principal

Sócio n.º 52 da ASPP/PSP









# O Crachá - Edição Especial

Abril de 2009 Ano XX

Órgão de Informação da Associação Sindical dos Profissionais da Polícia – ASPP/PSP

### Director

Paulo Rodrigues

### Coordenação

Gabinete de Comunicação ASPP/PSP gcomunicacao@aspp-psp.pt

Fotos a cores publicadas originalmente na Edição de 23 de Abril de 1989 da Revista Sábado.

## Morada

Avenida Santa Joana Princesa, N.º 2 1700-357 Lisboa

Tel.: 213 475 394/5

Tlm.: 962 076 140 / 917 767 024

Fax: 213 475 493

Website: http://www.aspp-psp.pt E-mail: aspp-psp@aspp-psp.pt

# Design e paginação

Ricardo Eirado - Design de Comunicação info@ricardoeirado.eu

## Impressão

Greca - Artes Gráficas

Distribuição gratuita aos associados ASPP/PSP

Inscrito na DGCI com o n.º 115 869/91 Depósito legal n.º 74 228/94 3.000 exemplares



